



O Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) vem por este meio publicamente manifestar solidariedade para com o jurista, comentador político e jornalista Ericino de Salema pela abdução e agressão física que sofreu no dia 27 de Março. Para o Fórum, a violência perpetrada sobre este activista configura um acto de intimidação e violação de um dos preceitos fundamentais de um Estado de Direito Democrático: a liberdade de expressão. Este direito está consagrado na Constituição da República e em dispositivos como a lei de imprensa e a de acesso à informação.

Para o contexto moçambicano estas práticas que tentam ser implantadas por via da ditadura do medo nunca terão espaço para vingar. Este país pertence aos aproximadamente 28 milhões de habitantes com a sua riqueza de diversidade cultural e, conseqüentemente, de opinião. Cada um destes milhões de moçambicanos tem neste território estampado o seu ADN, através do sangue dos seus bisavós e avós que morreram resistindo à penetração colonial, ao chibalo e à guerra dos 16 anos. Essa história partilhada é demasiado forte para ser desmobilizada e branqueada por pequenos grupos de pessoas que pertencem ao crime organizado e

que, a todo o custo, procuram fazer prevalecer a lei da cleptocracia, do fuzilamento e a experiência da guerrilha.

Os níveis de insegurança a que estão sujeitos os cidadãos em geral, e os comentadores políticos em particular, revelam a inoperância dos sistemas de justiça. A demora no esclarecimento de crimes com motivações políticas e atentado à vida de formadores de opinião, induz à percepção colectiva de falência e falta de confiança nas instituições do Estado e sua incapacidade de garantir a segurança como um bem comum.

O FMO apela ao repúdio colectivo da violência a que o jornalista Ericino de Salema esteve sujeito e convida as instituições de justiça a colocarem em prática o seu mandato, procedendo a uma investigação célere para que os culpados sejam julgados e punidos de acordo com as leis vigentes no país. Os membros do FMO apelam a um contínuo engajamento das organizações da sociedade civil na defesa dos princípios do Estado de Direito e da liberdade de expressão consagrados na Constituição da República e nas normas ordinárias.

